



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

P.B.H. - ATIVOS S/A
REGISTRADO

Livro nº 01

Fls.: 195 Registro 105/14
10 / 12 / 14 *Repetido*

42

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a PBH Ativos S/A e a empresa **PERFIL OCUPACIONAL LTDA.**

A PBH ATIVOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Afonso Pena, n° 774, 5° andar, Bairro Centro, CEP 30130-003, Belo Horizonte, MG, CNPJ/MF nº 13.593.766/0001-79, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Edson Ronaldo Nascimento, CPF/MF 362.453.050-04, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **PERFIL OCUPACIONAL LTDA** estabelecida na Avenida Amazonas, 491 – Sala 717, Centro Belo Horizonte, CNPJ 05.911.583/0001-26 representada por Eduardo Géio Verçoza, CPF/MF 220.629.556-34 neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato decorrente da Dispensa 024/2014, processo administrativo nº 02.14.157, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços nas áreas de Medicina e Segurança do Trabalho.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA procederá à elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, exames clínicos / ocupacionais admissionais, periódicos, demissionais, mudança de função e retorno ao trabalho.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA procederá à emissão do ASO e elaboração do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA e do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, ficando assim definidas algumas diretrizes:

PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

1.1 A elaboração do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) será realizada de acordo com as normativas legais aplicáveis, especialmente a NR-07 e seus anexos, para os funcionários e unidade(s) da CONTRATANTE.

1.2 Os exames complementares de diagnóstico serão solicitados pelo médico coordenador do PCMSO, desde que necessários ao atendimento do previsto na Norma Regulamentadora NR-07.

PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

1.3 A elaboração do P.P.R.A. (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) será realizada de acordo com as normativas legais aplicáveis, especialmente com a NR-09 e seus anexos, na unidade da CONTRATANTE.

1.4 Durante elaboração do P.P.R.A será feito o reconhecimento e a avaliação qualitativa por função, dos riscos químicos, físicos e biológicos, estabelecendo prioridades e metas de avaliação e controle.

1.4.1. Tendo em vista o cronograma constante no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – P.P.R.A, os levantamentos ambientais quantitativos realizados na unidade da CONTRATANTE se limitarão a identificar os agentes QUÍMICOS E FÍSICOS constantes da NR-09.

1.4.2. Somente serão realizadas avaliações quantitativas e análises laboratoriais com materiais de coleta para avaliações das concentrações dos agentes químicos em locais/setores





onde se fizerem necessários, mediante aprovação da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA a coleta dos agentes e coordenação dos trabalhos.

1.5 Nenhum dos serviços objeto deste contrato contempla os profissionais, unidades e equipamentos de terceirizados e ou agregados que prestem serviços à CONTRATANTE.

PPP - PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO

1.6 A CONTRATADA somente procederá à realização do PPP mediante solicitação da CONTRATANTE, ou, quando se tratar de obrigação legal, cabendo à CONTRATADA comunicar a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO deverá ser elaborado de acordo com as normativas legais, no prazo de 5 dias úteis, a contar da assinatura desse instrumento.

2.2. O Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA deverá ser elaborado de acordo com as normativas legais, no prazo de 5 dias úteis, a contar da assinatura desse instrumento

2.3. O Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT deverá ser elaborado de acordo com as normativas legais, no prazo de 5 dias úteis, a contar da solicitação a ser feito pela CONTRATANTE, se não houver prazo legal dispondo diferentemente.

2.4. O PPP, quando solicitado pela CONTRATANTE, deverá ser elaborado e entregue no prazo de 10 dias úteis, a contar da solicitação.

2.5. Os exames ocupacionais admissionais, periódicos, demissionais, bem como os realizados em decorrência de mudança de função ou retorno ao trabalho, serão realizados em consultórios médicos na sede da CONTRATADA.

2.6. A CONTRATADA deverá informar os dias e horários para a realização dos exames, que deverá atender as necessidades e as demandas da CONTRATANTE.

2.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar modelo de autorização de exames ocupacionais para preenchimento pela CONTRATANTE.

2.8. Somente serão atendidos os funcionários que estiverem de posse da AUTORIZAÇÃO DE EXAMES OCUPACIONAIS devidamente preenchidas pela CONTRATANTE.

2.9. O não comparecimento do empregado para realização dos exames solicitados não gera ônus para a CONTRATANTE.

2.10. No caso da CONTRATANTE promover qualquer alteração no ambiente ou processo de trabalho ou ainda se a Norma Regulamentadora sofrer qualquer modificação durante o curso do presente instrumento, o programa deverá ser alterado nos termos da NR 07.

2.11. Caso a CONTRATANTE promova alterações nos processos de trabalho, crie novas funções ou novos setores, a CONTRATADA deverá ser informada imediatamente para que realize nova avaliação de riscos nas dependências daquela com o intuito de adequar os programas de PPRA e PCMSO. Os custos provenientes das adequações necessárias serão suportados exclusivamente pela CONTRATANTE.





CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E QUANTITATIVOS

O presente contrato tem o valor de R\$ 3.050,00, sendo os seguintes preços e quantitativos estimados:

Item	Qtd.	Descrição do produto	Valor unitário	Valor total
1	1	PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	R\$ 400,00	R\$ 400,00
2	1	PPRA - Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais	R\$ 350,00	R\$ 350,00
3	1	LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho	R\$ 500,00	R\$ 500,00
4	15	PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário	R\$ 20,00	R\$ 300,00
5	15	Exame admissional	R\$ 20,00	R\$ 300,00
6	15	Exame de retorno	R\$ 20,00	R\$ 300,00
7	30	Exame Periódico	R\$ 20,00	R\$ 600,00
8	15	Exame Demissional	R\$ 20,00	R\$ 300,00
Valor Global			R\$ 3.050,00	

Parágrafo Primeiro. O quantitativo e o valor global são meramente estimativos, não gerando qualquer direito para a CONTRATADA.

Parágrafo Segundo. Não haverá necessariamente ocorrência para todos os serviços.

CLAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

5.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da assinatura do presente contrato ou do último reajuste, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da CONTRATADA.





CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado neste contrato.
- 6.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 6.3. Providenciar, no prazo concedido pela CONTRATANTE, a correção das irregularidades por ela apontadas quanto à prestação do serviço.
 - 6.3.1. Em especial, providenciar a regularização e/ou quitação de eventuais débitos existentes com terceiros, fornecedores ou prestadores de serviços, que causem prejuízos ou impeçam a fiel e regular execução do objeto contratado.
- 6.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 6.5. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no item 7 do edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 6.6. Manter atualizado, durante toda a vigência do contrato, o Registro do Ministério do Trabalho.
- 6.7. Apresentar a Nota Fiscal/Fatura referentes aos serviços prestados à Gerência Financeira da CONTRATANTE, obrigatoriamente até o primeiro dia útil após sua emissão.
- 6.8. Apresentar, mensalmente e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, relatórios dos serviços prestados.
- 6.9. Disponibilizar meios de contato durante todos os horários e dias da semana, para atendimento a solicitações de caráter emergencial.
- 6.10. Responsabilizar-se pelos custos com o deslocamento de seu pessoal envolvido na prestação do serviço.
- 6.11. Credenciar, junto à CONTRATANTE, 01(um) representante da Contratada, durante todo o período contratual, para atendimento das demandas da Contratante, com capacidade e poderes para atender e solucionar todos os eventuais problemas.
- 6.12. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 6.13. Assumir todas as despesas e ônus de natureza fiscal, social, trabalhista e previdenciária relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato firmado, ficando, ainda, para todos os efeitos legais, expresso a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre os prestadores de serviços e o Contratante.
- 6.14. Apresentar sempre que solicitado pela Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 6.15. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
6. Submeter-se às normas da Contratante relativas à execução do contrato.





- 6.17. Observar e assessorar no cumprimento das disposições relativas às normas de segurança e medicina do trabalho, especialmente as contidas nas NR-07 e NR-09.
- 6.18. Elaborar o PCMSO e o PPRA com a melhor técnica em trabalhos desta natureza, com zelo, diligência e rigorosa observância das especificações aplicáveis.
- 6.19. Proceder à manutenção e guarda dos arquivos, sob a responsabilidade do Médico do Trabalho durante o período do presente contrato.
- 6.20. Elaborar relatório anual do PCMSO contendo as propostas e observações cabíveis.
- 6.21. Responsabilizar-se pela guarda dos laudos e atestados dos funcionários da CONTRATANTE durante a vigência do contrato.
- 6.22. Responsabilizar-se pelo conteúdo dos exames, atestados e documentos elaborados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços contratados.
- 7.2. Prestar todas as informações necessárias, com clareza, à Contratada, para a execução dos serviços.
- 7.3. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no item 7 do edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 7.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada de acordo com este Contrato.
- 7.5. Preparar e instruir, para pagamento, as faturas apresentadas pela Contratada, e remetê-las a tempo ao setor competente.
- 7.6. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada.
- 7.7. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.
- 7.8. Fornecer à CONTRATADA os seguintes dados e informações:
 - 7.8.1. Relação completa de empregados que farão parte do PCMSO contendo: Nome completo, endereço, naturalidade, data de nascimento, estado civil, carteira de identidade, CTPS Nº, Série e UF, Nº PIS, Data de Admissão, setor, função e horário de trabalho.
 - 7.8.2. Cópia da CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho (quando existir) dos empregados atuais.
- 7.9. Encaminhar os funcionários à sede da CONTRATADA para a realização de exames clínicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função ou demissionais, observado os seguintes prazos.

- a. na admissão, antes que o empregado da CONTRATANTE assuma suas atividades;
- b. nos exames periódicos, a CONTRATANTE confirmará a convocação de seu(s) empregado(s) à CONTRATADA;





- c. no desligamento do empregado, dentro do prazo de 10 (dez) dias que antecederem o acerto final ou no prazo legal;
- d. no retorno ao trabalho, um dia antes do efetivo retorno ao trabalho;
- e. na mudança de função, antes da efetiva mudança.

- 7.10 Preencher corretamente todos os campos da AUTORIZAÇÃO DE EXAMES OCUPACIONAIS fornecida pela CONTRATADA com os dados de seu funcionário.
- 7.11 Encaminhar os funcionários à sede da CONTRATADA para o recebimento dos resultados dos exames realizados, podendo a CONTRATANTE solicitar o envio de tais resultados para a sua sede.
- 7.12 Indicar e disponibilizar empregado(s) habilitado(s) a acompanhar a equipe da CONTRATADA durante as avaliações do ambiente de trabalho e apto a fornecer todas as informações necessárias à prestação dos serviços, tal como a descrição das atividades desenvolvidas pelos funcionários.
- 7.13 Disponibilizar instalações necessárias e adequadas para o armazenamento dos materiais e equipamentos utilizados na prestação dos serviços da CONTRATADA.
- 7.14 Informar à CONTRATADA qualquer modificação realizada no processo de trabalho, postos de trabalho ou ambiente de trabalho a fim de que a CONTRATADA proceda à realização de inspeção para nova avaliação dos riscos.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O faturamento deverá ocorrer até o 5º. dia útil do mês em curso, referente aos serviços realizados no mês anterior e ser apresentado ao Contratante.
- 8.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da apresentação da fatura respectiva.
- 8.3. Os documentos fiscais deverão ser entregues pela CONTRATADA na Gerência Financeira do Contratante.
- 8.4. Os documentos fiscais que não atenderem às determinações acima serão devolvidos à Contratada para os ajustes necessários.
- 8.5. Os documentos fiscais faturas deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizados, a data da execução e o nome do usuário do serviço.
- 8.6. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.
- 8.7. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. A prática de atos ilícitos, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes sanções administrativas:

I - previstas nos incisos I a IV do art.87 da Lei Federal nº 8.666/93:

- a) advertência;





- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

9.2. Compete ao Diretor Executivo da PBH Ativos aplicar as penalidades de advertência, multa suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e impedimento de contratar com a Administração e o recurso administrativo será analisado e julgado pelo Diretor Presidente.

9.3. Compete ao Diretor Presidente da PBH Ativos aplicar declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e o recurso administrativo será analisado e julgado pelo Conselho de Administração.

9.4. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

9.5. Da advertência

9.5.1 A sanção de advertência, prevista neste instrumento, consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

9.6. Da multa

9.6.1. O infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para a contratação;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta;
- d) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;





IV - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo Contratante, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

V - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa à rescisão do contrato;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos ao Contratante superiores aos contratados.

9.6.2. Se a recusa em assinar o contrato a que se refere o inciso II do item acima for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

9.6.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

9.6.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

9.6.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.





9.6.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

9.7. Dos procedimentos

9.7.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento - AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

9.7.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

9.7.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso administrativo.

9.7.2.2. O recurso administrativo não terá efeito suspensivo.

9.7.2.3. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

9.7.3. Os prazos serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos e o início e o vencimento dos prazos dar-se-ão em dia útil.

9.7.4. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I - poderão ser descontados do valor da fatura imediatamente subsequente ao decurso do prazo previsto no item 17.7.3.3;

II - inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

III - impossibilitado o desconto a que se refere os incisos I e II acima, poderão ser adotadas as medidas extrajudiciais, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito e judiciais.

IV - nas hipóteses dos itens II e III, os valores deverão ser devidamente atualizados de acordo com a Tabela da Corregedoria de Justiça do TJMG, acrescidos de juros de 1% ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

10.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

10.2. O presente contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da Contratada:

10.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;

10.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;

10.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;

10.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;

10.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;

10.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;





- 10.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensão e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
 - 10.2.8. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;
 - 10.2.9. demais hipóteses previstas na legislação.
- 10.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;
 - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA

- 12.1. O presente contrato será garantido por meio de depósito bancário, junto ao Banco do Brasil, agência 1615-2, conta nº 20543-5, em favor da PBH Ativos S/A, no valor de R\$91,50 (noventa e um reais e cinquenta centavos), equivalente a 3% (três por cento) do valor contratual.
- 12.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 12.3. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 3º, inciso I, Circular SUSEP nº 232/03.
- 12.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 12.5. A Contratante poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste contrato.
- 12.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.
- 12.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.
- 12.7. As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 13.2. A tolerância da Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 13.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município "DOM" correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

O custo da presente contratação ocorrerá por disponibilidade financeira da empresa, nos termos do artigo 12 da Lei Municipal 10.003, de 25/11/2010.

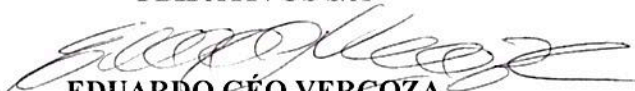
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2014


EDSON RONALDO NASCIMENTO
PBH ATIVOS S/A


EDUARDO GÉO VERÇOZA
PERFIL OCUPACIONAL LTDA

Testemunhas:

01) _____

02) _____

